



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS/RJ

AGENTE TRIBUTÁRIO

TIPO 2 – VERDE

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por sessenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: AGENTE TRIBUTÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Determinado agente tributário precisa elaborar um ofício para comunicar a uma empresa sobre a necessidade de regularização de pendências fiscais. Considerando os princípios da redação oficial, assinale a alternativa que apresenta a forma mais adequada para esse tipo de comunicação.

- A) Emprego de linguagem clara, objetiva, impessoal e padronizada, evitando ambiguidades e mantendo a formalidade exigida.
- B) Redação do texto, de modo predominante, a partir de termos jurídicos, para conferência de maior autoridade ao documento.
- C) Utilização de linguagem informal para facilitar o entendimento, incluindo expressões coloquiais e abreviações comuns no cotidiano.
- D) Inserção de perspectivas conclusivas e subjetivas do agente tributário sobre a conduta da empresa, com o objetivo de reforçar a necessidade de regularização.

Trecho de reportagem para responder às questões 02 e 03.

Carta Educação: Há como mensurar o início das *fake news*? Vivemos uma ascensão das notícias falsas?

Pollyana Ferrari: As *fake news* sempre existiram. No meu livro eu cito relatos e resumos de jornais *fake* desde Roma Antiga. Então não é que a gente não tinha, sempre tivemos a imprensa marrom, o próprio Cidadão Kane, de 1941, é um exemplo, bem como a Guerra dos Mundos, de Orson Welles. Não estamos diante de um fenômeno novo, que começa em 2016. O que temos de considerar é a questão da escala. O que mudou é a questão da escala. Com as redes sociais, basicamente as temos há 14 anos, todo mundo ganhou voz, temos produção de conteúdo via celulares, *blogs*, influenciadores digitais. E, veja, eu não sou contra esse movimento, é positivo termos outras vozes para além da grande mídia. A questão é que nos grandes veículos há etapas de apuração de informação, um mínimo de checagem, independentemente da linha editorial que sigam. Não estou falando de viés político, mas de etapas de apuração. Com a pulverização, isso se perde. E, sim, estamos em um momento de ascensão das *fake news*, o que é muito preocupante.

CE: Qual a relação entre *fake news* e pós-verdade?

PF: A pós-verdade aponta para uma sociedade informacional que compartilha personas digitais, desejos que não têm lastro com o real. Vejo que às vezes as pessoas até têm dimensão de que determinada informação é falsa, mas como isso vai ao encontro do seu desejo, elas compartilham.

CE: Como isso ganha força e pode ser prejudicial no contexto digital da *internet* e das redes sociais?

PF: Vamos imaginar duas situações. Um jovem, adaptado à presença nessas plataformas e que acredita mais nos seus amigos e na sua "*timeline*" do que nos veículos e até em seu professor. Agora, o idoso que, por sua vez, não está acostumado com a presença digital e que vinha de uma relação com a informação em que se preservava uma checagem mínima. Isso parece inofensivo, mas, quando consideramos que só no *Facebook* há dois bilhões de pessoas, é preocupante. Isso sem contar os aplicativos de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, um dos mais utilizados pelos brasileiros e um dos disseminadores de *fake news* em potencial. O que estou querendo dizer é que, geralmente, o dedo é mais rápido que o cérebro, se compartilha muita coisa sem checar informação, sem questionar de onde vem a foto, o vídeo. É preciso ter senso crítico e questionar o que se recebe.

(FERRARI, Pollyana. Entrevista cedida a Ana Luiza Basilio. Carta Capital, São Paulo, 17/04/2018.)

Questão 02

Considerando a resposta dada pela entrevistada às perguntas "Há como mensurar o início das *fake news*? Vivemos uma ascensão das notícias falsas?" (4º§), pode-se afirmar que:

- A) Compõe-se de introdução, desenvolvimento e conclusão.
- B) Há uma tendência ao tangenciamento da abordagem feita na pergunta.
- C) De modo objetivo e conciso, a resposta sintetiza o questionamento feito.
- D) A contextualização histórica permite a compreensão dos efeitos das *fake news* atualmente.

Questão 03

Considerando as relações sintáticas estabelecidas entre os verbos e seus complementos, pode-se afirmar que se difere dos demais o observado no trecho

- A) "As fake news sempre existiram." (2º§).
- B) "No meu livro eu cito relatos e resumos de jornais fake desde Roma Antiga." (2º§).
- C) "[...] todo mundo ganhou voz, temos produção de conteúdo via celulares, [...]" (2º§).
- D) "[...] sociedade informacional que compartilha personas digitais, desejos que não têm lastro com o real." (4º§).

Texto para responder às questões 04 e 05.



(LIMA, Lucas. Nicolau e seus queridos vizinhos. Araraquara: Enquadrinho, 2009. p. 37.)

Questão 04

A partir da leitura da tirinha apresentada, pode-se observar:

- A) Crítica à situação vivida pelos personagens no primeiro quadrinho.
- B) Estabelecimento de uma crítica a partir de mudança de perspectiva.
- C) Alteração de pontos de vista mediante crítica feita pelo interlocutor.
- D) Confronto de pontos de vista diferentes a partir de mediação consciente.

Questão 05

Sabendo-se que, na tirinha original, o balão do segundo quadrinho tem o seu fundo preenchido com a cor verde e os outros quadrinhos apresentam-se com o fundo em branco, pode-se afirmar, a partir de uma leitura de elementos visuais, que:

- A) O destaque ocorre para que a crítica à transmissão de informações falsas e/ou contraditórias seja estabelecida.
- B) Destaca-se, intencionalmente, a fala do segundo quadrinho, por apresentar-se como fator modificador da sequência narrativa.
- C) O destaque ocorre pelo fato de um único balão ocupar um quadrinho, ao passo que nos outros dois há quatro e cinco balões de falas, respectivamente.
- D) Por se tratar de um quadrinho que ocupa menor espaço na tirinha em relação aos demais, tal destaque faz-se necessário para que haja harmonia e coerência na compreensão do texto em sua totalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 06

Sabe-se que em determinada secretaria municipal:

- Todos os auditores fiscais que participam de treinamentos de fiscalização avançada obtêm progressão funcional;
- Alguns auditores fiscais que obtêm progressão funcional são designados para funções de chefia; e
- Carlos é auditor fiscal e não foi designado para função de chefia.

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que:

- A) Carlos não participou de treinamentos de fiscalização avançada.
- B) Carlos participou de treinamentos de fiscalização avançada, mas não obteve progressão funcional.
- C) Nenhum auditor fiscal que participa de treinamentos de fiscalização avançada é designado para a função de chefia.
- D) Carlos pode ter participado de treinamentos de fiscalização avançada e obtido progressão funcional, ainda assim sem ser designado para função de chefia.



Questão 07

Em uma secretaria municipal de fazenda, as servidoras Ana, Beatriz e Carla exercem as funções de auditora fiscal, analista tributária e técnica administrativa, mas não necessariamente nessa ordem. Considerando a remuneração dessas três servidoras, sabe-se que:

- Beatriz recebe uma remuneração mais alta do que a servidora que exerce a função de técnica administrativa;
- Ana exerce a função de auditora fiscal; e
- Carla não recebe a menor remuneração dentre as três.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- A) Beatriz é técnica administrativa.
- B) Carla recebe uma remuneração mais alta que Beatriz.
- C) Dentre as três servidoras, a analista tributária recebe a maior remuneração.
- D) Dentre as três servidoras, a técnica administrativa recebe a menor remuneração.

Questão 08

Em determinada secretaria municipal, os auditores fiscais podem realizar parte de suas atividades em trabalho externo (fiscalizações em campo) e parte presencialmente na repartição. Foi estabelecido que cada auditor fiscal trabalha, de segunda a sexta-feira, exatamente dois dias presencialmente na secretaria e três dias em atividades externas, de modo que, em cada dia da semana, há exatamente 12 auditores presentes na secretaria. De acordo com o exposto, quantos auditores fiscais trabalham nessa secretaria?

- A) 12.
- B) 24.
- C) 30.
- D) 60.

Questão 09

Considere a seguinte sentença no contexto de uma ação de fiscalização tributária municipal: “Se o auditor fiscal cometeu um erro na autuação, então ele deverá sofrer sanção administrativa”. Uma sentença equivalente à sentença dada é:

- A) “O auditor fiscal cometeu erro na autuação e sofrerá sanção administrativa.”
- B) “O auditor fiscal sofreu sanção administrativa, logo cometeu erro na autuação.”
- C) “O auditor fiscal não cometeu erro na autuação ou deverá sofrer sanção administrativa.”
- D) “Se o auditor fiscal não cometeu erro na autuação, então não sofrerá sanção administrativa.”

Questão 10

Em uma secretaria municipal, três auditores fiscais dividiram um valor de gratificação de produtividade em partes inversamente proporcionais ao número de dias em que não cumpriram metas de fiscalização no mês. O auditor que deixou de cumprir metas por 6 dias recebeu R\$ 500,00. Sabendo-se que os outros dois auditores deixaram de cumprir metas por 2 e 3 dias, respectivamente, qual foi o valor total da gratificação distribuída?

- A) R\$ 3.000,00.
- B) R\$ 3.500,00.
- C) R\$ 4.000,00.
- D) R\$ 4.500,00.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 11

Em certo município brasileiro, em ano de eleição para chefe do Poder Executivo municipal, durante as festas juninas, o então prefeito municipal, desejoso de reeleição, e membros do Poder Legislativo local, se reuniram com o maior empresário da região. Em troca de apoio político irrestrito para o pleito, garantiram que, uma vez reeleito o atual prefeito, aprovariam leis que beneficiariam o empresário com isenções e benefícios fiscais. Tendo por base as informações anteriores, caso o prefeito seja reeleito e, ainda, se confirme a aprovação da legislação com os benefícios acordados, é possível afirmar a ocorrência de:

- A) Clientelismo.
- B) Corporativismo.
- C) Governabilidade.
- D) Neocorporativismo.



Questão 12

As organizações públicas são criadas para atender às necessidades da sociedade. Ao contrário da iniciativa privada, que tem mais flexibilidade na alteração de sua missão, as organizações públicas têm, na legislação, a definição de suas competências, o que torna a definição da missão menos maleável. A respeito do planejamento nas organizações públicas, especificamente quanto aos aspectos primordiais a serem observados no ciclo do planejamento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) No processo de planejamento estratégico, as etapas distinguem-se pela natureza de suas ações e constituem rígidas etapas sequenciais.
- B) No planejamento, é de suma importância estudar a missão organizacional e os valores da instituição, bem como os documentos que definem suas atribuições.
- C) No ciclo do planejamento, é essencial que se procure clarificar, definir e expressar formalmente qual é a missão da instituição; delimitar as funções que deve desempenhar e as necessidades que deve atender, buscando justificar a razão de sua existência.
- D) A missão organizacional é a premissa fundamental da primeira etapa do processo de planejamento. Sendo assim, a missão organizacional enriquecida pela visão estratégica baliza toda a atuação organizacional, em suas esferas estratégicas, táticas e operacionais.

Questão 13

Em relação aos processos participativos e aos instrumentos de planejamento da Administração Pública, analise os excertos a seguir.

- I. É a denominação comum atribuída a processos diferenciados no que diz respeito às suas atribuições (deliberativo ou consultivo) e à sua abrangência no que respeita ao montante de recursos que administra e aos seus mecanismos de deliberação, entre tantos outros aspectos. Ademais, todos os formatos estão, em graus variáveis, permanentemente sujeitos à revisão das suas estruturas e normas de funcionamento.
- II. Expressa em grande parte como se dá a produção do fundo público (via tributária e de receitas) e de que forma esse produto social é apropriado ou distribuído mediante a política de despesas públicas. Por isso, é considerado o núcleo duro do processo de planejamento governamental.
- III. É um processo de compartilhamento da gestão pública que, ao efetivar-se no pleno respeito à “igualdade jurídica e às liberdades fundamentais”, mas em “tensão dialética” com a institucionalidade, gerou uma forma de poder e um novo espaço ético-político baseado, essencialmente, na democracia direta.

Os excertos anteriores fazem referência explícita ao(à):

- A) Plano Plurianual.
- B) Conselho de gestão.
- C) Orçamento participativo.
- D) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Questão 14

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O ciclo PDCA (*Plan, Do, Check, Act*) é um método interativo de gestão de seis passos, utilizado para o controle e para a melhoria contínua de processos e de produtos.
- II. O método de administração com observância ao ciclo do PDCA possibilita a aferição e a reparação de não conformidades dentro de um mesmo ciclo.
- III. O ciclo PDCA assegura a inter-relação do fim de uma sequência de atos ao início da próxima sequência que, ao fim de determinado período de aferição, impossibilita remeter novamente ao início do processo, devendo os resultados se perfazerem cada vez mais satisfatórios que os observados anteriormente.
- IV. A eficiência é um dos princípios constitucionais da Administração Pública e o ciclo PDCA instrumentaliza o ente público com a forma para se executar os processos e as rotinas com a almejada celeridade e êxito, frente à complexidade com que os problemas se apresentam ao ente público.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.



Questão 15

O papel da governança pública é aprimorar a atuação estatal com a finalidade de prevenir falhas na execução de políticas públicas. Recentemente, foi lançada, oficialmente, a norma ABNT NBR 17265:2026, que propõe a implementação de sistema integrado de governança, com foco em três funções centrais: avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Esses elementos estruturam a atuação dos órgãos públicos e permitem melhor alinhamento entre planejamento, execução e controle. Essa norma oferece um modelo aplicável a diferentes níveis da Administração Pública e está consoante com os princípios da governança pública. NÃO faz referência a tais princípios:

- A) Confiabilidade e transparência.
- B) Liderança, estratégia e controle.
- C) Melhoria regulatória e integridade.
- D) Capacidade de resposta e integridade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

Questão 16

A sociedade empresária comercial ARRJ possui as seguintes informações sobre o seu estoque:

Produtos	Valor de Venda Unitário	Quantidade	Valor de Venda total	Despesas de venda	Valor Realizável líquido	Custo de aquisição
X	10,00	200	2.000,00	750,00	1.250,00	1.500,00
Y	30,00	100	3.000,00	1.000,00	2.000,00	1.800,00
Z	20,00	50	1.000,00	500,00	500,00	500,00
Total			6.000,00	2.250,00	3.750,00	3.800,00

Com base somente nessas informações, a empresa ARRJ deve reconhecer uma estimativa de perda em estoques referentes a qual(is) produto(s)?

- A) De todos os produtos.
- B) Do produto Y, apenas.
- C) Do produto X, apenas.
- D) Dos produtos X e Z, apenas.

Questão 17

Considere, hipoteticamente, que um fiscal tributário da Prefeitura de Angra dos Reis irá analisar o saldo da conta Duplicatas a Receber de uma empresa, que apresenta as seguintes informações:

	Não vencidas	A vencer 01-30 dias	A vencer 31-60 dias	A vencer 61-90 dias	A vencer 91-180 dias	A vencer + 180 dias
Duplicatas a vencer	10.000,00	20.000,00	15.000,00	12.000,00	8.000,00	1.500,00
% de perda estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%

Com base somente nessas informações, assinale, a seguir, o valor total que o fiscal deve encontrar no registro da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD).

- A) R\$ 5.500,00.
- B) R\$ 9.400,00.
- C) R\$ 10.400,00.
- D) R\$ 10.600,00.



Questão 18

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 22 (R2) – Informações por Segmento, analise as afirmativas a seguir.

- I. Um segmento operacional pode desenvolver atividades de negócio cujas receitas ainda serão obtidas.
- II. A expressão “principal gestor das operações” identifica uma função, não necessariamente um gestor com título específico.
- III. Nem todas as partes da entidade constituem, necessariamente, segmento operacional ou parte de segmento operacional.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 19

Os princípios da Administração Pública constituem diretrizes estruturantes que orientam toda a atuação estatal, funcionando como parâmetros de validade dos atos administrativos e como instrumentos de controle, inclusive pelo Poder Judiciário. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado papel central na densificação desses princípios, conferindo-lhes conteúdo normativo concreto e delimitando seus alcances e exceções em situações específicas. Considerando esse contexto e, ainda, a interpretação firmada pelo STF sobre a matéria, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado de forma concreta, objetiva, específica e formal, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida, restrição ao direito fundamental à informação.
- B) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- C) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, pertencentes a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ainda que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade.
- D) A vedação ao nepotismo na Administração Pública decorre diretamente da Constituição Federal de 1988 e sua aplicação deve ser imediata e verticalizada. Viola os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia diploma legal que excepciona da vedação ao nepotismo os servidores que estivessem no exercício do cargo no momento de sua edição.

Questão 20

O Estado Alfa editou decreto declarando de utilidade pública determinado imóvel urbano pertencente à empresa Beta, com a finalidade de construir um centro de fiscalização aduaneira integrada. Após a imissão provisória na posse, mediante depósito do valor ofertado, o poder público verificou, no curso da obra, a inviabilidade técnica do projeto no local inicialmente escolhido. Diante disso, o Estado decidiu dar ao imóvel destinação diversa, consistente na construção de um centro de inteligência para fiscalização tributária. A empresa Beta, por sua vez, ajuizou ação judicial alegando desvio de finalidade e pleiteando a reversão do bem. Considerando as regras e os princípios sobre desapropriação, assinale a afirmativa correta.

- A) A mudança de destinação é vedada em qualquer hipótese, sendo nulo o ato administrativo e obrigatória a devolução do bem ao expropriado.
- B) A alteração da finalidade é admitida, desde que mantido o interesse público, caracterizando tredestinação lícita, não sendo cabível a retrocessão.
- C) A mudança de destinação somente seria válida se precedida de novo decreto expropriatório, sob pena de nulidade absoluta e indenização em dobro ao expropriado.
- D) A alteração da finalidade configura tredestinação ilícita, sendo assegurado ao expropriado o direito à retrocessão do bem, independentemente de ter havido incorporação ao patrimônio público.



Questão 21

Um agente tributário do município Alfa, no exercício de suas atribuições, deparou-se com situação envolvendo a prestação direta de serviço público municipal, na qual usuários passaram a questionar a qualidade, a continuidade e a modicidade na cobrança de taxas relacionadas ao serviço. Diante das reclamações e da possível repercussão jurídica da atuação estatal na organização e prestação do serviço, o agente questionou sobre os direitos dos usuários e os deveres do poder público, especialmente à luz da Constituição Federal de 1988 e da legislação aplicável aos serviços públicos. Considerando esse contexto, analise as afirmativas a seguir.

- I. O serviço público pode ser entendido como a atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da Administração Pública.
- II. Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.
- III. O recebimento da manifestação do usuário de serviço público poderá ser rejeitado, caso não se apresentem os seus motivos determinantes.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 22

Em relação aos bens públicos e seu regime jurídico, analise as afirmativas a seguir.

- I. A partir do momento em que um bem público é desafetado, não é possível uma nova afetação, sendo permanente aquela situação.
- II. A afetação dos bens públicos depende de lei em sentido formal.
- III. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 23

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) estabelece normas gerais para o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Nesse contexto, a legislação aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados (como coleta, armazenamento, uso e eliminação) e impõe aos agentes de tratamento a observância de princípios que limitam a atuação estatal e privada na utilização de informações pessoais. Em observância a tais diretrizes, determinada empresa de serviços digitais passou a exigir, no momento do cadastro de novos usuários, o fornecimento de dados pessoais diversos (incluindo profissão, renda mensal e estado civil), ainda que tais informações não possuíssem relação direta com a prestação do serviço ofertado. A empresa justificou a prática sob o argumento de que tais dados poderiam ser úteis em estratégias comerciais futuras e na personalização de campanhas publicitárias. Diante da situação hipotética, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assinale a afirmativa correta.

- A) A incidência da LGPD pressupõe a efetiva utilização dos dados pessoais coletados, não se aplicando às hipóteses em que há apenas armazenamento para uso eventual futuro.
- B) A coleta de dados pessoais para finalidades futuras e indeterminadas é admitida, desde que haja previsão genérica em política de privacidade previamente disponibilizada ao titular.
- C) A adoção de medidas de segurança da informação é suficiente para legitimar a coleta ampliada de dados pessoais, ainda que não haja correspondência com a finalidade do serviço prestado.
- D) O tratamento de dados pessoais deve observar o princípio da necessidade, limitando-se ao mínimo indispensável para a realização de finalidades legítimas, sendo vedada a coleta de dados excessivos ou desproporcionais.



Questão 24

O Município de Angra dos Reis, visando organizar o espaço urbano e evitar a saturação de determinadas atividades econômicas, editou uma lei proibindo a instalação de novos estabelecimentos comerciais do ramo de farmácias em um raio inferior a 800 metros de outra já existente. A norma foi justificada pelo poder público local como medida de ordenamento urbano e proteção do interesse coletivo. Inconformada, uma empresa do setor farmacêutico, que teve o seu pedido de alvará negado, ajuizou ação judicial, alegando violação à ordem econômica constitucional. Tendo em vista o caso hipotético, à luz da Constituição Federal de 1988 e do entendimento sumular do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que a lei municipal é:

- A) Constitucional, desde que demonstrada a finalidade de interesse público, sendo legítima a limitação à livre iniciativa e à livre concorrência quando fundada em critérios urbanísticos.
- B) Constitucional, desde que haja previsão em Plano Diretor e a observância ao princípio da função social da propriedade urbana, ainda que implique limitação à livre iniciativa e à livre concorrência.
- C) Constitucional, pois o município possui competência para disciplinar o uso do solo urbano e pode restringir atividades econômicas para evitar a concentração geográfica de estabelecimentos do mesmo ramo.
- D) Inconstitucional, por violar os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência, sendo vedada a imposição de restrições destinadas a impedir a instalação de estabelecimentos do mesmo ramo em determinada área.

Questão 25

Durante procedimento de fiscalização tributária, um auditor fiscal do município Alfa verificou que uma nova lei municipal, recentemente em vigor, passou a exigir, como condição para a concessão de alvará de funcionamento, que empresas do setor de logística urbana (entregas por aplicativo) comprovassem a utilização exclusiva de veículos elétricos em suas operações no perímetro urbano. A nova norma foi justificada com base na proteção ao meio ambiente e na promoção de políticas públicas sustentáveis. Em caso de descumprimento, além da negativa do alvará, previa-se a aplicação de multa administrativa periódica. Diante da situação hipotética, determinado contribuinte autuado alegou que a exigência inviabiliza economicamente a sua atividade, violando princípios constitucionais da ordem econômica. À luz da Constituição Federal de 1988, especialmente das normas que regem a ordem econômica e financeira, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O princípio da livre iniciativa admite limitações jurídicas, desde que estruturadas à luz da proporcionalidade, de modo a harmonizar o exercício da atividade econômica com outros direitos e interesses constitucionalmente protegidos.
- B) No âmbito do poder de polícia administrativa, é legítima a imposição de requisitos ao funcionamento de atividades econômicas, desde que tais condicionantes não acarretem, na prática, a inviabilização do próprio exercício da atividade.
- C) A exigência da utilização de veículos elétricos é válida, ainda que inviabilize a atividade econômica privada, por se fundamentar na proteção ao meio ambiente, que, enquanto interesse público, prevalece de forma absoluta sobre interesses privados.
- D) A tutela do meio ambiente integra a ordem econômica como vetor hermenêutico e normativo, legitimando a adoção de medidas regulatórias estatais voltadas à redução dos impactos ambientais das atividades econômicas, observadas a proporcionalidade e a compatibilização com os demais princípios da ordem econômica e financeira.

Questão 26

No exercício de suas atribuições, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Angra dos Reis instaurou processo administrativo fiscal em face de “Ômegaon.line” – pessoa jurídica de direito privado, destinada à venda de aparelhos celulares no varejo da cidade. O processo foi instaurado em razão da existência de débitos de IPTU regularmente constituídos e não pagos, referentes ao imóvel utilizado por essa empresa para o desenvolvimento de suas atividades comerciais. Ao final do procedimento, a autoridade fiscal determinou, como medida de satisfação do crédito tributário, o recolhimento coercitivo de mercadorias existentes no estabelecimento comercial, com o objetivo de utilizá-las para quitação do débito. Inconformado, o contribuinte impugnou a medida, alegando violação a garantias constitucionais tributárias. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- A) A medida adotada pela Administração é inconstitucional, pois a apreensão de mercadorias não pode ser utilizada como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- B) A apreensão de mercadorias como forma de compelir o pagamento de tributo é constitucional, desde que haja previsão em lei municipal e observância do devido processo administrativo.
- C) A medida é constitucional, desde que precedida de notificação do contribuinte e limitada ao montante do débito tributário, não caracterizando confisco quando proporcional ao valor devido.
- D) A medida adotada pela Administração é constitucional, pois decorre do poder de polícia tributário e visa assegurar a efetividade da arrecadação, sendo dispensável a utilização do processo judicial de execução fiscal.



Questão 27

Durante uma aula de Direito Constitucional voltada para a preparação de candidatos ao cargo de agente tributário municipal, o professor apresentou aos alunos um caso hipotético envolvendo um procedimento de fiscalização tributária no Município de Angra dos Reis. No exemplo, o agente tributário se deparava com questionamentos sobre a legitimidade da atuação municipal, a repartição de competências entre os entes federativos e a posição jurídica do Distrito Federal e dos Territórios no modelo federativo brasileiro. A partir dessa situação, o professor propôs a análise das seguintes afirmativas:

- I. A autonomia dos entes federativos compreende capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, não se confundindo com soberania, atributo exclusivo da República Federativa do Brasil.
- II. O Distrito Federal, embora acumule competências legislativas típicas de Estado e de Município, não pode ser dividido em Municípios, tampouco possui competência para instituir Constituição estadual, devendo organizar-se por meio de Lei Orgânica.
- III. Os Territórios, quando criados, integram a União como pessoas jurídicas de direito público interno, não sendo dotados de autonomia federativa nem considerados entes integrantes da Federação.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 28

No exercício da atividade de fiscalização tributária municipal, a Administração Pública, ao instaurar e conduzir os processos administrativos fiscais, deverá respeitar não apenas os ritos procedimentais, mas também garantias constitucionais processuais que condicionam a validade da atuação estatal. Nesse contexto, o devido processo legal projeta-se para além da sua dimensão formal, articulando-se com o contraditório e a ampla defesa como instrumentos de limitação do poder estatal, especialmente nas relações entre o Fisco e o contribuinte. Considerando a disciplina constitucional do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, assinale a afirmativa correta.

- A) O contraditório restringe-se à ciência dos atos processuais, não abrangendo a participação do administrado para a formação da decisão final.
- B) O devido processo legal autoriza a Administração Pública a revisar e alterar suas próprias decisões nos processos administrativos, independentemente de apreciação judicial.
- C) A ampla defesa assegura ao administrado a utilização de todos os meios de prova e recursos juridicamente admitidos, a fim de influenciar o convencimento da autoridade administrativa.
- D) O contraditório e a ampla defesa são garantias aplicáveis aos processos judiciais, mas que não se estendem aos processos administrativos, em razão da supremacia do interesse público.

Questão 29

O Sistema Tributário Nacional, disciplinado pela Constituição Federal de 1988, estabelece a repartição de competências tributárias entre os entes federativos, atribuindo aos Municípios a instituição de determinados impostos, bem como definindo limites e condições para o exercício desta competência. Nesse contexto, as normas constitucionais não apenas outorgam a competência tributária, mas também estruturam o alcance material desses tributos e suas hipóteses de incidência. Considerando as disposições constitucionais acerca dos impostos municipais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel, sendo vedada, contudo, a progressividade com finalidade extrafiscal, por violar o princípio da vedação ao confisco.
- () O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) não incide sobre a transmissão de bens imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- () O Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) incide sobre os serviços não compreendidos na competência estadual e distrital relativa ao ICMS e que sejam definidos em lei complementar, cabendo a esta também excluir da incidência do ISS as exportações de serviços para o exterior.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, V.
- D) F, F, F.



Questão 30

Considere, hipoteticamente, que, durante fiscalização tributária realizada pelo Município de Angra dos Reis, um agente lavrou autos de infração contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), fixando prazo para regularização fiscal quanto: (i) ao pagamento de IPTU incidente sobre imóveis utilizados para atividades administrativas; e (ii) ao recolhimento de ISS sobre serviços de logística integrada e encomendas expressas (SEDEX). A autoridade fiscal fundamentou a exigência no argumento de que tais atividades possuem natureza econômica e são prestadas em regime de concorrência com empresas privadas, razão pela qual não estariam abrangidas por qualquer hipótese de imunidade tributária. Em sua defesa, a ECT alegou a incidência da imunidade tributária recíproca, sustentando que, por se tratar de empresa pública prestadora de serviço público, suas atividades estariam protegidas pela vedação constitucional à tributação. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que a imunidade tributária recíproca:

- A) Não se aplica à ECT quando houver exploração de atividade econômica em sentido estrito, ainda que vinculada à prestação de serviço público postal.
- B) Restringe-se aos serviços postais prestados em regime de monopólio, não alcançando atividades acessórias ou concorrenciais desempenhadas pela ECT.
- C) Aplica-se à ECT quanto aos impostos sobre patrimônio e renda, não se estendendo aos impostos sobre serviços, em razão da natureza econômica da atividade.
- D) Alcança os serviços prestados pela ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, por se tratar de empresa pública prestadora de serviço público postal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 31

O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta. Uma vez regularmente constituído, o crédito tributário somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei. Nesse sentido, relacione adequadamente as causas de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário às suas respectivas naturezas.

1. Suspensão.
 2. Extinção.
 3. Exclusão.
- () Remissão.
 - () Depósito do montante integral.
 - () Isenção.
 - () Prescrição.
 - () Concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - () Decadência.
 - () Dação em pagamento em bens imóveis.
 - () Anistia.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3, 2, 1, 2, 2, 3.
- B) 3, 2, 2, 3, 2, 3, 3, 2.
- C) 2, 2, 1, 1, 1, 2, 3, 3.
- D) 3, 1, 2, 3, 2, 3, 2, 1.

Questão 32

Imunidades tributárias são regras constitucionais que proíbem a cobrança de tributos sobre determinadas pessoas, operações, bens ou manifestações de riqueza. Essas normas retiram a competência tributária do Estado em relação aos casos expressamente previstos, tornando imunes à tributação as pessoas ou as bases econômicas nelas indicadas, quanto aos tributos especificados na própria regra constitucional de vedação. Sobre as imunidades tributárias aplicáveis ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), assinale a afirmativa correta.

- A) Atendidos os requisitos da lei, os imóveis dos partidos políticos, inclusive suas fundações, são imunes ao IPTU.
- B) A imunidade recíproca não se estende às autarquias ou às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- C) O IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, exceto se a entidade religiosa for apenas locatária do bem imóvel.
- D) A imunidade de IPTU das instituições de educação, sem fins lucrativos, inclui as taxas pela prestação de serviços referentes aos mesmos bens imóveis.



Questão 33

O empresário individual X. da Silva Panificadora adquiriu da sociedade empresária Panificadora XYZ Ltda. um fundo de comércio estabelecido no território do município de Angra dos Reis e continuou sua exploração. A sociedade empresária Panificadora XYZ Ltda. não estava em processo de falência ou recuperação judicial. Considerando a situação hipotética, sobre a responsabilidade pelos tributos, relativos ao fundo de comércio transmitido, devidos até a data do ato, assinale a afirmativa correta.

- A) O empresário individual X. da Silva Panificadora não será responsável pelos tributos devidos até a data da alienação, pois continuará a exploração sob outra firma.
- B) Se a sociedade empresária Panificadora XYZ Ltda. cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade, a responsabilidade do empresário individual X. da Silva Panificadora será subsidiária.
- C) Prosseguindo a sociedade empresária Panificadora XYZ Ltda. na exploração do mesmo ramo de comércio, a responsabilidade do empresário individual X. da Silva Panificadora será subsidiária.
- D) A responsabilidade do empresário individual X. da Silva Panificadora será integral, se a sociedade empresária Panificadora XYZ Ltda. iniciar dentro de seis meses – a contar da data da alienação nova atividade em outro ramo de comércio.

Questão 34

O Município de Angra dos Reis pode instituir taxas relacionadas aos serviços públicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. Nesse contexto, são características dos serviços públicos que podem ser objeto da cobrança de taxa, EXCETO:

- A) Efetiva utilização pelo contribuinte, assim considerada quando os serviços são usufruídos a qualquer título pelo contribuinte.
- B) Serviços públicos divisíveis, assim considerados os serviços suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- C) Serviços públicos específicos, assim considerados os serviços que possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- D) Potencial utilização pelo contribuinte, assim considerada quando, sendo de utilização facultativa, os serviços sejam postos à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

Questão 35

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do município. Sobre o aspecto espacial do IPTU, assinale a afirmativa correta.

- A) Para efeitos da cobrança do IPTU, deve existir escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.
- B) Os imóveis constantes de loteamentos destinados à habitação não podem sofrer a incidência do IPTU se localizados fora da zona urbana do município.
- C) O IPTU não incide sobre a propriedade de bem imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração agro-industrial, ainda que localizado na zona urbana do município.
- D) A lei municipal que definir a zona urbana do município não pode considerar urbanas as áreas de expansão destinadas a indústrias se inexistentes melhoramentos construídos ou mantidos pelo poder público.

Questão 36

Gonçalo Coelho é proprietário de um imóvel localizado na zona urbana do município de Angra dos Reis e foi autuado em Processo Tributário Administrativo (PTA) em razão da ausência de recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao seu imóvel. Visando evitar os ônus decorrentes da inscrição do crédito na Dívida Ativa Municipal, realizou o pagamento do crédito tributário em 31/05/2022 e apresentou a defesa administrativa cabível. Em 06/01/2023, sobreveio decisão administrativa definitiva anulando o Auto de Infração e reconhecendo que o tributo era indevido em face da legislação tributária aplicável. Diante do exposto, é correto afirmar que o direito de Gonçalo Coelho de pleitear a restituição extingue-se em:

- A) 06/01/2026.
- B) 06/01/2028.
- C) 31/05/2024.
- D) 31/05/2027.



Questão 37

Melchior Baltazar Gaspar adquiriu um imóvel situado no município de Angra dos Reis por meio de arrematação em hasta pública. Sobre os créditos tributários relativos a tributos atinentes ao bem imóvel adquirido por Melchior Baltazar Gaspar, assinale a afirmativa correta.

- A) Os relativos ao ITBI serão deduzidos sobre o preço da arrematação.
- B) Os relativos a contribuições de melhoria sub-rogam-se sobre o preço da arrematação.
- C) Os relativos ao IPTU sub-rogam-se na pessoa do adquirente, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- D) Os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes ao bem imóvel adquirido sub-rogam-se na pessoa do adquirente.

Questão 38

Por força da Emenda Constitucional nº 132/2023, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios, será extinto. Todavia, a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o ISSQN, somente será revogada a partir de 1º de janeiro de 2033. Considerando o atual regime da Lei Complementar nº 116/2003, o ISSQN incidente sobre o licenciamento do direito de uso de *software* desenvolvido para clientes de forma personalizada é devido:

- A) Em cada Município em cujo território haja utilização do *software* desenvolvido.
- B) No local onde o serviço for considerado prestado, conforme previsto em contrato de prestação de serviços.
- C) No local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador.
- D) No local do estabelecimento do tomador do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Questão 39

Iniciado um procedimento de fiscalização tributária pela autoridade administrativa competente, foi solicitado a um agente tributário do Município de Angra dos Reis que examinasse os documentos anexados aos autos e certificasse a ocorrência ou não de decadência tributária. Sobre a decadência para constituição de crédito tributário referente aos tributos, cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Comprovada a ocorrência de simulação, conta-se o prazo decadencial da ocorrência do fato gerador.
- B) Se não houve declaração do débito, conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- C) Comprovada a ocorrência de dolo ou fraude, conta-se o prazo decadencial a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- D) Se houve declaração do débito, mas o pagamento foi realizado a menor que o devido por equívoco de cálculo do contribuinte, conta-se o prazo decadencial para o lançamento suplementar a partir da ocorrência do fato gerador.

Questão 40

A Emenda Constitucional nº 132/2023, denominada Reforma Tributária, alterou o Sistema Tributário Nacional. Por força da referida Emenda Constitucional, foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal. Conforme as disposições da Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu o IBS, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Cada Município fixará sua alíquota do IBS. Na ausência de lei específica que estabeleça a alíquota de um Município, será aplicada a alíquota de referência dessa esfera federativa.
- () O serviço de transporte público coletivo de passageiros rodoviário prestado no território do Município sob regime de concessão pública é isento do IBS.
- () A fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias principais e acessórias relativas ao IBS compete às autoridades fiscais designadas pelas administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para exercício junto ao órgão de fiscalização do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS).
- () Nas aquisições de bens e serviços pela Administração Pública direta, por autarquias e por fundações públicas dos Municípios, serão reduzidas a zero a alíquota da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e a alíquota estadual do IBS; e será a alíquota municipal do IBS fixada em montante equivalente à soma das alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre a operação, após a redução aplicável.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, V.
- B) V, F, F, F.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, V, F.



Questão 41

A natureza jurídica específica de um tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo a denominação e demais características formais adotadas pela lei irrelevantes para qualificá-la. Sobre as espécies tributárias, é INCORRETO afirmar que o tributo cuja obrigação tem por fato gerador:

- A) A utilização efetiva de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte é o preço público.
- B) Uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é o imposto.
- C) O exercício regular do poder de polícia, no âmbito de suas atribuições, pelo ente federativo que a instituir é a taxa.
- D) O acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas é a contribuição de melhoria.

Questão 42

O Imposto sobre a Transmissão Inter vivos, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos (ITBI) é um tributo de competência dos Municípios e do Distrito Federal, que tem como fato gerador a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição. A base de cálculo do imposto é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos. Sobre a base de cálculo do ITBI, conforme o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A administração tributária do Município deverá divulgar os critérios utilizados para estimar o valor venal.
- B) O valor venal poderá ser contestado pelo contribuinte em procedimento específico mediante a apresentação de avaliação contraditória, nos termos da legislação específica municipal.
- C) Considera-se valor venal o valor pelo qual o bem ou direito seria negociado à vista, em condições normais de mercado, considerados os interesses pessoais do vendedor e do comprador.
- D) O valor venal será estimado por meio de critérios técnicos, entre eles, as informações prestadas pelos serviços notariais e registrais, as quais são compartilhadas com a administração tributária do município, sob pena de multa prevista em lei específica municipal.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Questão 43

A empresa “X – Angra Empreendimentos” é proprietária de um terreno subutilizado em área urbana, o qual vem sofrendo a aplicação de alíquotas majoradas decorrentes do descumprimento das obrigações de utilização compulsória previstas no Plano Diretor (IPTU progressivo no tempo). No decorrer do quarto ano de aplicação desse regime, a empresa conclui a construção de um edifício comercial no local, obtendo a documentação necessária para a alteração da natureza do imóvel no cadastro municipal. Com base na Consolidação da Legislação Tributária municipal sobre o referido imposto, assinale a afirmativa correta.

- A) O início da utilização efetiva do imóvel faculta ao Poder Executivo a concessão de anistia tributária integral sobre os valores pagos a título de IPTU progressivo no tempo nos anos anteriores.
- B) O lançamento do imposto passará a ser feito sob a indicação de “Proprietário Ignorado”, caso a empresa realize uma fusão societária durante o período de transição da tributação territorial para a predial.
- C) A alteração na estrutura do imóvel, transformando-o de terreno em prédio, interrompe a contagem da progressividade e permite o abatimento proporcional do imposto pago a maior no exercício em curso.
- D) A conclusão da edificação e a consequente alteração da tributação territorial para predial produzirão efeitos para fins de cobrança do imposto a partir do exercício seguinte àquele em que ocorrer o evento causador da alteração.

Questão 44

Determinado cidadão celebrou uma escritura pública de compra e venda de um apartamento situado no centro de Angra dos Reis. Após a lavratura do documento no Cartório de Notas, o comprador dirigiu-se ao Registro de Imóveis para a formalização da transferência. De acordo com a Lei Municipal nº 3.906/2019, o fato gerador do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) considera-se ocorrido:

- A) No ato da entrega das chaves e da posse precária do bem ao adquirente.
- B) Na data da assinatura da promessa de compra e venda pelos contratantes.
- C) No fechamento do negócio jurídico verbal entre o comprador e o vendedor.
- D) No momento do registro do título translativo na respectiva matrícula imobiliária.



Questão 45

Com base na Consolidação da Legislação Tributária relativa ao Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) de Angra dos Reis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, ressalvadas as exceções previstas na legislação.
- II. O local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços de modo temporário e que configure unidade profissional é considerado estabelecimento prestador, sendo irrelevante a denominação que venha a ser utilizada para caracterizá-lo.
- III. As convenções particulares que visem a transferir a obrigação de pagar o crédito tributário para outras pessoas são plenamente eficazes perante a Fazenda Municipal, desde que registradas em cartório.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 46

No exercício de suas funções na Secretaria de Finanças de Angra dos Reis, um agente tributário deve analisar diversos pedidos de reconhecimento de benefícios fiscais. Com base nas disposições sobre imunidades e isenções contidas na Consolidação da Legislação Tributária municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A concessão de isenção para os imóveis locados às entidades da Administração direta, autarquias e fundações pertencentes ao Município ocorre de ofício pela Administração Pública municipal, a partir da celebração do negócio jurídico.
- II. O direito à isenção para imóveis de associações de moradores, onde funcionem seus serviços, pressupõe a inexistência de remuneração de sua diretoria e a não distribuição de suas rendas a qualquer título.
- III. O fato de uma entidade ser alcançada por regras de imunidade ou isenção de IPTU não a desobriga de observar e cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação tributária.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 47

De acordo com a Lei Municipal nº 4.029/2021, que dispõe sobre isenções para entidades beneficentes e templos religiosos, sobre a manutenção e concessão de benefícios, assinale a afirmativa correta.

- A) A isenção de taxas municipais para templos religiosos depende da prévia obtenção do título de utilidade pública pelo Poder Legislativo.
- B) A isenção concedida aos templos religiosos limita-se ao prédio onde ocorrem as celebrações, não abrangendo outros imóveis de sua propriedade.
- C) O título de utilidade pública garante, por si só, a concessão automática da isenção tributária, dispensando a abertura de processo administrativo.
- D) As entidades beneficentes que prestam assistência à saúde perdem o direito à isenção caso deixem de comprovar a gratuidade de suas atividades.

Questão 48

Determinada *holding* familiar em Angra dos Reis pretende realizar uma operação de reorganização societária. O administrador da empresa busca orientações junto à Secretaria Municipal de Finanças sobre as hipóteses em que a transmissão de bens imóveis não sofre a incidência do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Com base na Consolidação da Legislação Tributária municipal, trata-se de uma hipótese de não incidência do referido imposto:

- A) O imposto não incide sobre a transmissão de bem imóvel ou direito, ou a cessão de direito, decorrente de incorporação, fusão, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- B) O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, desde que o adquirente possua outro imóvel no município.
- C) O imposto não incide sobre a transmissão de bem imóvel ou direito quando o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, excluindo-se as respectivas autarquias.
- D) O imposto não incide sobre a transferência de bem ou direito ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito, independentemente da atividade operacional da adquirente.



Questão 49

Determinado contribuinte possui um terreno na zona urbana de Angra dos Reis e decidiu iniciar uma construção residencial por conta própria. Paralelamente, ele adquiriu um segundo imóvel através de uma promessa de compra e venda, cujo imposto de transmissão foi recolhido antecipadamente. Recentemente, ele celebrou a escritura definitiva desse segundo imóvel. Com base na consolidação da legislação tributária municipal relativa ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), analise a situação e assinale a afirmativa correta.

- A) O pagamento do IPTU pelo contribuinte importa em reconhecimento automático, por parte do Município, da legitimidade da propriedade e da posse do imóvel para todos os fins legais e civis.
- B) A responsabilidade pelo pagamento do IPTU do terreno onde a obra está sendo executada é exclusiva do proprietário, não podendo o possuidor a qualquer título ser considerado responsável pelo imposto.
- C) As edificações realizadas no terreno do contribuinte que estejam sem licença ou em desacordo com as normas vigentes serão inscritas para efeitos tributários, embora isso não implique o reconhecimento de sua regularização.
- D) No caso do imóvel adquirido por promessa de compra e venda, o imposto de transmissão (ITBI) será devido novamente no momento da celebração da escritura definitiva, independentemente de já ter havido o recolhimento na fase de promessa.

Questão 50

No que tange à Consolidação da Legislação Tributária municipal acerca do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O fato gerador do imposto ocorre ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- () A incidência do imposto está vinculada à obtenção de resultado financeiro positivo e ao cumprimento prévio de exigências administrativas.
- () Não há incidência do imposto sobre as exportações de serviços para o exterior do país, salvo se forem serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, e, ainda, que o pagamento seja feito por residente no exterior.
- () A obrigação tributária acessória, caso não seja observada pelo contribuinte, mantém sua natureza original sem gerar penalidades pecuniárias.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) F, V, F, F.

Questão 51

Considerando a legislação tributária de Angra dos Reis, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Programa "IPTU Verde" destina-se a conceder isenção parcial no Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) aos imóveis residenciais, ao limite de doze por cento, que adotem medidas que estimulem a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente para mitigar as mudanças climáticas.
- II. A Lei Municipal nº 4.475/2025 autorizou o chefe do Poder Executivo Municipal a conceder benefício fiscal sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), até dez anos, sendo que nos primeiros cinco anos a redução da base de cálculo do imposto será de cem por cento.
- III. Nos termos da Lei Municipal nº 4.517/2025, a isenção de taxas e contribuição de iluminação pública vinculados a imóveis interditados no município de Angra dos Reis é automática, prescindindo de requerimento por parte do interessado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 52

A empresa “Logística Angra S.A.” adquiriu uma vasta gleba de terras para a expansão de seus pátios de manobra. Durante a análise documental para o lançamento do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a autoridade fiscal da Secretaria Municipal de Finanças constatou que a referida propriedade não está integralmente contida no território de Angra dos Reis, estendendo-se por uma parcela significativa de um município vizinho. O contribuinte apresentou uma declaração indicando o valor total pago pela transação global da área. Diante da situação hipotética e das normas de lançamento previstas na Consolidação da Legislação Tributária municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) Diante da localização do imóvel em mais de um território, a autoridade fiscal apurará o valor venal da parcela situada em Angra dos Reis para fins de lançamento por arbitramento, sem vinculação ao valor total atribuído à transação imobiliária global.
- B) Se a empresa impugnar o lançamento do imposto arbitrado, o procedimento de revisão pela autoridade fazendária poderá ser realizado com base na análise de documentos e laudos técnicos, sendo facultativa a vistoria prévia no local da gleba.
- C) A autoridade administrativa está impedida de proceder ao lançamento por arbitramento da base de cálculo caso o contribuinte tenha apresentado a declaração/solicitação tempestivamente, devendo o fisco aceitar os valores nela consignados.
- D) O imposto será devido integralmente ao Município de Angra dos Reis, caso o registro da escritura definitiva e o respectivo processo judicial de transmissão ocorram na comarca local, independentemente da localização física das parcelas do imóvel.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 53

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Angra dos Reis (LOM), a Lei Orçamentária Anual (LOA) possui uma estrutura específica e obrigatória. Salvo eventuais disposições federais em contrário, a LOA de Angra dos Reis compreenderá:

- A) O programa analítico de obras, com a devida especificação das secretarias municipais e/ou departamentos responsáveis.
- B) O orçamento de investimentos das empresas em que o Município detenha qualquer parcela do capital social, independentemente do direito a voto.
- C) As diretrizes e os objetivos estratégicos para o exercício financeiro subsequente, planejando os incentivos fiscais de forma ampliada e não regionalizada.
- D) O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, órgãos e entidades da Administração, excluindo-se as fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal.

Questão 54

Determinado servidor estável do Município de Angra dos Reis pretende se afastar do serviço público para tratar de interesses particulares, cujo propósito é uma viagem de estudos por conta própria, pelo período de dez meses. Há um ano e cinco meses, o servidor foi transferido para exercer suas funções em uma nova unidade de lotação. Com amparo na Lei Municipal nº 412/1995, o servidor:

- A) Poderá obter a licença, mas, uma vez interrompida, ele só poderá lograr nova licença para o mesmo fim após o decurso de dois anos.
- B) Não fará jus à licença no momento, pois a lei veda a concessão a servidores transferidos antes de completarem dois anos de exercício na nova lotação.
- C) Tem direito subjetivo à licença, desde que sem remuneração. A licença está submetida a ajustes pela Administração, mas não poderá ser negada pela autoridade competente.
- D) Poderá gozar a licença para trato de interesse particular com remuneração integral, desde que comprovado o vínculo entre a temática de estudo e o interesse público, no que se refere às atribuições de seu cargo.

Questão 55

A Lei Orgânica Municipal de Angra dos Reis (LOM) estabelece diretrizes para o sistema tributário municipal. Sobre as competências e eventuais isenções tributárias previstas na LOM, assinale a afirmativa correta.

- A) O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) não poderá, sob qualquer hipótese, ser progressivo.
- B) Pertencem ao Município apenas os impostos por ele instituídos, não podendo haver participação municipal na arrecadação de impostos estaduais ou federais.
- C) É assegurada a isenção de pagamento de ISS e de renovação de alvará de localização às livrarias e bancas de jornais instaladas no município, para venda exclusiva de livros, revistas e jornais.
- D) O Município pode instituir impostos sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis decorrentes de fusão ou incorporação de pessoa jurídica, ainda que a atividade principal do adquirente não seja imobiliária.



Questão 56

Juliana foi aprovada em concurso público para o cargo de agente tributário de Angra dos Reis. O ato de sua nomeação foi publicado no dia 1º de março. Juliana está ansiosa para organizar sua mudança. Tendo em vista o caso hipotético, de acordo com o Regime Jurídico Único do servidor público municipal, doutrina e jurisprudência pacificadas sobre os temas, assinale a afirmativa que descreve corretamente os prazos e condições para Juliana.

- A) Juliana terá trinta dias para tomar posse, prazo este improrrogável, sob pena de exoneração de ofício.
- B) Juliana ficará sujeita ao estágio probatório pelo período de dois anos, durante o qual será avaliada no que se refere ao seu desempenho no cargo.
- C) A posse da servidora poderá se dar sem a inspeção médica oficial, desde que a perícia ocorra até a entrada em exercício de Juliana, nos termos da lei.
- D) Após assinar o termo de posse, Juliana terá o prazo de quarenta e oito horas para entrar em exercício, cujo descumprimento resultará em sua exoneração, salvo se comprovar motivo de força maior.

Questão 57

Mário, agente tributário da Prefeitura de Angra dos Reis, foi alvo de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) por ter, supostamente, recebido vantagem econômica indevida para agilizar a baixa de débitos de IPTU de um grande empreendimento imobiliário. Paralelamente, Mário respondeu a uma ação penal pelos mesmos fatos. No processo criminal, Mário foi absolvido por “insuficiência de provas”. Com base na Lei Municipal nº 412/1995 e em jurisprudência consolidada sobre a comunicabilidade entre as esferas administrativa e penal, assinale a afirmativa correta.

- A) A absolvição criminal por insuficiência de provas vincula a Administração municipal, impedindo a aplicação da pena de demissão no âmbito administrativo.
- B) A autoridade competente para aplicar a pena de demissão a Mário é o Secretário Municipal de Fazenda, dada a vinculação técnica com este agente político e a subordinação hierárquica direta do cargo de agente tributário.
- C) Ainda que Mário tenha sido réu na esfera criminal, por também ter havido tipicidade penal, o prazo prescricional da ação disciplinar será obrigatoriamente de cinco anos, independentemente do prazo previsto na lei penal.
- D) Caso Mário seja demitido por corrupção, a despeito da previsão legal no Estatuto dos Servidores Públicos de que a demissão será a bem do serviço público, jurisprudência sedimentada permite eventual retorno do servidor a cargo público no município de Angra dos Reis.

Questão 58

Quanto ao sistema de controle e transparência da gestão financeira municipal em Angra dos Reis, com base estritamente na Lei Orgânica do Município, assinale a afirmativa correta.

- A) O controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, com auxílio da Câmara de Vereadores.
- B) A publicação do movimento de caixa do dia anterior deve ser feita mensalmente, garantindo eficiência e transparência administrativas.
- C) Tendo em vista a competência do controle externo, ao Poder Executivo no exercício do controle interno não compete acompanhar o desenvolvimento dos programas de trabalho e da execução orçamentária.
- D) Os balancetes mensais da Prefeitura e da Câmara Municipal (receitas e despesas) devem ser afixados nos quadros de avisos de ambos os poderes, respectivamente, até o dia vinte do mês subsequente ou publicados em órgão oficial de imprensa do Município.

Questão 59

No âmbito da organização administrativa do Município de Angra dos Reis, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) detém competências essenciais que impactam a arrecadação e permitem a normalidade jurídica das ações municipais. Segundo a Lei Orgânica Municipal, sobre a PGM e seus procuradores, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município é competência privativa da PGM.
- B) É competência da PGM a fiscalização e o lançamento direto dos tributos municipais de natureza imobiliária.
- C) A chefia das assessorias jurídicas da Administração indireta e fundacional do Município será desempenhada por procurador do município.
- D) Compete ao Município, através da PGM e do Banco da Terra, promover o levantamento e o cadastramento das áreas de conflito pela posse da terra, e adoção de providências que facilitem soluções para eventuais impasses.

Questão 60

Cláudia é agente tributária de provimento efetivo e exerce suas funções de fiscalização e afins em condições comprovadamente insalubres (de grau médio) em ambientes hospitalares, aterros sanitários e indústrias químicas. Recentemente, ela ficou gestante. Diante da realidade fática e das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Angra dos Reis (Lei Municipal nº 412/1995), sobre os direitos pecuniários e as condições de trabalho de Cláudia, assinale a afirmativa correta.

- A) Se Cláudia comprovar efetivo recebimento do adicional de insalubridade por mais de dez anos, o valor do adicional integrará seu salário-base durante a licença à gestante.
- B) O adicional de Cláudia é calculado sobre sua remuneração atual na tabela salarial vigente para o cargo; e no percentual de vinte por cento, dada a natureza de grau médio de insalubridade.
- C) Cláudia poderá acumular os adicionais de insalubridade e de periculosidade, caso a fiscalização tributária em campo seja considerada perigosa por laudo técnico de autoridade competente, na forma da lei.
- D) Cláudia deverá ser afastada do local insalubre durante a gravidez e a lactação, devendo a percepção do adicional de insalubridade ser interrompida durante o gozo da licença à gestante, por não estar mais exposta aos agentes nocivos.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.







